

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do
Rio Grande do Sul - CAU/RS**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OBS: O relatório será incluído oportunamente, entretanto os modelos podem ser consultados por meio da NBCTA 700 do Conselho Federal de Contabilidade.



NBCTA700.pdf

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/RS é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/RS.

O Conselho está localizado na rua Dona Laura 320, 14º andar, Porto Alegre/RS.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RS procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** - No exercício de 2017 foi utilizada a média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017. No ano de 2018, o critério adotado foi o de

média simples dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas dos anos de 2015, 2016 e 2017. Foi calculado um percentual para Perdas de Devedores Duvidosos de pessoas físicas e um para pessoas jurídicas sendo aplicados sobre os respectivos saldos a receber em 31/12/2018 das anuidades dos anos de 2012 a 2017.

- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política e a alteração do critério no ano de 2018, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/RS, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/RS segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Sistemas de processamento de dados	5	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o

valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RS procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/RS adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área

financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores são de anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	-	-
Banco conta movimento	64.942	1.017
Aplicações financeiras	18.740.954	16.310.754
Total	18.805.896	16.311.771

O expressivo aumento de valores em conta corrente deve-se a arrecadação do dia 31/12/2018, segunda-feira, dia no qual o CAU/RS não teve expediente não sendo possível realizar a aplicação financeira desses valores.

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos a Receber

Contas a Receber de Anuidades	2018	2017
Pessoa Física - 2012	33.350	51.535
Pessoa Física - 2013	68.879	102.095
Pessoa Física - 2014	134.698	190.003
Pessoa Física - 2015	258.284	340.994
Pessoa Física - 2016	505.880	653.891
Pessoa Física - 2017	935.026	1.333.950
Pessoa Física - 2018	1.474.432	-
Pessoa Jurídica - 2012	130.948	174.232
Pessoa Jurídica - 2013	168.469	215.847
Pessoa Jurídica - 2014	236.168	290.955
Pessoa Jurídica - 2015	316.451	379.776
Pessoa Jurídica - 2016	452.260	529.367
Pessoa Jurídica - 2017	617.886	747.207
Pessoa Jurídica - 2018	761.925	-
Dívida Ativa - Pessoa Física	286.757	345.237
(-) Provisão para Devedores Duvidosos - PF	-1.669.074,51	-2.265.693,90
(-) Provisão para Devedores Duvidosos - PJ	-1.611.127,36	-1.754.907,65
Total	3.101.210	1.334.488

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2018	2017
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	2.236.356	2.081.157
Mais de 360 dias	4.145.056	3.273.933
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	- 3.280.201,87	- 4.020.601,55
Total	3.101.210	1.334.488

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

8. Estoques

	2018	2017
Materiais Elétricos e de Telefonia	4.439	-
Materiais de Limpeza e de Higiene	7.727	-
Materiais para Manutenção de Bens Móveis	38	-
Material de Escritório	59.663	-
Material para Manutenção de Bens Imóveis	266	-
Materiais de Copa e Cozinha	2.732	-
Materiais de Informática	56	-
Gêneros Alimentícios	6.617	-
	81.538	-

7. vpd antecipadamente

8.1. impostos

	Consolidado	
	2018	2017
ICMS a recuperar	-	-
PIS e COFINS a recuperar	-	-
IPI a recuperar	-	-
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-
Outros impostos a recuperar	1.091	3.590
	<u>1.091</u>	<u>3.590</u>
Circulante	1.091	3.590
Não circulante		
	<u>1.091</u>	<u>3.590</u>

7. Demais Créditos a Curto Prazo

	Consolidado	
	2018	2017
Vale Transporte a apropriar	5.535	7.032
Vale Alimentação a apropriar	1.123	39.351
Adiantamento de Salários	36.038	14.739
Outros Créditos de curto prazo	4.505	22.551
	<u>47.201</u>	<u>83.673</u>

10. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

	Consolidado	
	2018	2017
Prêmios de Seguros a Apropriar	23.488	13.217
Assinaturas a Apropriar	986	1.078
Licença de Software a Apropriar	43.029	12.928
	<u>67.502</u>	<u>27.223</u>

11. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Salas	4.911.231	-	-	204.748	4.706.483
Instalações	20.700	-	-	3.015	17.685
Veículos	854.051	-	-	185.633	668.417
Móveis e utensílios	271.164	-	-	37.249	233.915
Máquinas e Equipamentos	152.969	51.098	15.940	9.517	178.611
Equipamentos de Processamento de Dados	379.860	97.518	4.553	96.069	376.756
Obras em andamento	82.682	-	-	-	82.682
Total	6.672.656	148.616	20.493	536.230	6.264.549

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Salas	5.687.440	- 980.957	4.706.483	4.911.231
Instalações	21.202	- 3.517	17.685	20.700
Veículos	1.031.299	- 362.881	668.417	854.051
Móveis e utensílios	413.772	- 179.857	233.915	271.164
Máquinas e Equipamentos	241.574	- 62.963	178.611	152.969
Equipamentos de Processamento de Dados	732.069	- 355.313	376.756	379.860
Obras em andamento	82.682	-	82.682	82.682
Total	8.210.037	- 1.945.488	6.264.549	6.672.656

A baixa de equipamentos de processamento de dados refere-se a um notebook que apresentou defeito e foi substituído em garantia, sendo feita a baixa do equipamento defeituoso e adição do equipamento novo recebido em garantia. As baixas de máquinas e equipamentos referem-se a bens inservíveis doados às entidades conforme o processo administrativo nº 293/2017.

12. Intangível

	<u>2018</u>		<u>2017</u>
Sistema de Processamento de Dados	95.475		95.475
(-) Amortização Acumulada	- 53.527	-	43.165
	<u>41.948</u>		<u>52.310</u>

13. Fornecedores a pagar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestação de serviço	46.851	108.262
Fornecedor de materiais	1.019	1.384
Encargos Patronais e Folha de Pagamento	138.020	80.461
Outros fornecedores	68.831	939
	<u>254.721</u>	<u>191.046</u>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	254.721	191.046
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	<u>254.721</u>	<u>191.046</u>

14. Provisões de Curto Prazo

As provisões de curto prazo referem-se as provisões para férias, 13º salário e seus respectivos encargos, sendo contabilizadas conforme relatório fornecido pela empresa terceirizada responsável pela folha de pagamento do CAU/RS.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Férias	383.624	368.455
INSS s/ Provisão de Férias	82.479	81.060
FGTS s/ Provisão de Férias	30.690	26.476
PIS s/ Provisão de Férias	3.836	3.685
	<u>500.630</u>	<u>479.676</u>

15. Demais Obrigações a Curto Prazo

A entidade possuía, em 31/12/2018, saldos de valores restituíveis conforme segue:

	2018	2017
INSS retido na folha de pagamento	30.795	29.308
IRRF da folha de pagamento	83.227	83.835
ISS retido de prestadores de serviço	4.734	-
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS retidos de prestadores de serviço	10.661	-
Outros Valores Restituíveis	334	3.421
	129.749	116.563

16. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão assim representadas:

		2018	2017
Trabalhista	José Milton This	10.000	10.000
Cível	Mastersil Neg. Imobiliários		-
Cível	Vivendas Urbanismo LTDA	3.000	3.000
Cível	Pompeo Madeira Stands Promocionais LTDA	3.200	10.000
Cível	Antônio Frediani da Fonseca		-
Cível	Claúdio Rogério Tician - ME		413
Trabalhista	Fabiana Beal Pacheco		20.000
Trabalhista	Fabiana Beal Pacheco		20.000
Cível	Vanderlei Sanches/José Antônio Oliveira	6.000	6.000
Trabalhista	Luana Borges da Silveira	15.000	-
Cível	Silvia Maria Viapiana Modanese	885	-
Trabalhista	Secretaria de Inspeção do Trabalho/RS	2.100	-
		40.185	69.413

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2018	
Trabalhistas	50.000	17.100	-	40.000	-	-	27.100
Cíveis	19.413	885	-	413	-	6.800	13.085
Total	69.413	17.985	-	40.413	-	6.800	40.185

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2018 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima R\$ 2.690,94 decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

17. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/RS, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

18. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depreciação e amortização	555.764	459.075
Despesas com pessoal	6.784.233	6.618.402
Despesas com contratação de terceiros	2.964.119	4.698.332
Impostos, taxas e contribuições	6.045	6.349
Outras receitas e despesas	1.987.835	4.382.068
	<u>12.297.997</u>	<u>16.164.226</u>

19. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2018	2017
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	16.161.583	15.924.180
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	- 12.297.997	- 16.164.226
(=) Superávit Patrimonial apurado	3.863.586	(240.046)
Resultado Orçamentário	2018	2017
Receita Orçamentária Arrecadada	14.208.559	13.951.066
(-) Despesas Empenhadas	- 11.981.733	- 14.776.232
(=) Superávit Orçamentário Apurado	2.226.826	(825.166)
Resultado Financeiro	2018	2017
Saldo Disponível Apurado	18.805.896	17.670.304
(-) Passivo Financeiro	- 1.105.561	- 1.541.360
(=) Superávit Financeiro Apurado	17.700.335	16.128.944

20. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	3.623.600
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	-
		3.623.600

A importância segurada dos seguros dos onze veículos de propriedade do CAU/RS é de 100% do valor de mercado referenciado.

21. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo

contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

.

*

*

*